



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e e Suporte Logístico – GRA

TERMO DE REFERÊNCIA

MENOR PREÇO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para prestar serviços de fornecimento e gerenciamento do abastecimento de combustíveis, de óleos lubrificantes, filtros de óleo de veículos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, grupo geradores, máquinas e equipamentos, mediante utilização de cartão eletrônico (com chip ou código de barras), com controle operacional através de sistema informatizado, para atender a demanda da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

Maio/2019



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

ÍNDICE

1	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	8
3	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	9
4	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	9
5	PROPOSTA FINANCEIRA	10
6	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	10
7	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11
8	DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS	11
9	CRITÉRIOS BÁSICOS DO SISTEMA	13
10	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	13
11	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	17
12	PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO	17
13	DO PAGAMENTO E PRAZO DE EXECUÇÃO	17
14	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	18
15	FISCALIZAÇÃO	18
16	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	15
17	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	19
18	DA VIGÊNCIA	20
19	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	20
20	CONDIÇÕES GERAIS	20
21	ANEXOS	21



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Contratação de empresas para prestar serviços de fornecimento e gerenciamento do abastecimento de combustíveis, de óleos lubrificantes, filtros de óleo da frota de veículos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, grupos geradores, máquinas e equipamentos, mediante utilização de cartão eletrônico (com chip ou código de barras), com controle operacional através de sistema informatizado, para atender a demanda da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF e outros que porventura forem adquiridos durante o período em que estiverem sendo prestados os serviços.
- 1.2 O lote a ser licitado com os seguintes valores estimados:

Estimativa de gastos anuais	Quantidade (litros)	Porcentagem por tipo de combustível	Preço unitário médio R\$	Valor do Combustível R\$
Gasolina Comum	6.085	13,90%	R\$ 4,99	R\$ 30.364,15
Etanol	1.800	3,30%	R\$ 4,00	R\$ 7.200,00
Óleo Diesel	39.472	82,80%	R\$ 3,84	R\$ 151.572,48
Lubrificantes/Filtros	534	—	R\$ 55,00	R\$ 29.370,00
Total combustíveis/lubrificantes	747.440			R\$ 218.506,63
			Taxa	Valor serviço R\$
Serviço de gestão de frota			1,00%	R\$ 2.185,07
Total estimado do contrato R\$				R\$ 220.691,70

- 1.3. Os preços dos combustíveis considerados para a estimativa foram calculados com base na média de preços apresentada e constantes no site da ANP (www.anp.gov.br) "INFOPREÇO" de 21.05.2019.
- 1.4. Os preços médios dos lubrificantes e filtros foram levantados em Notas Fiscais e Ordem de Serviços emitidas para os veículos da frota de Juazeiro/BA.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

1.5. Unidade Gestora, CNPJ e valores

Lote	CODEVASF-6ª/SR	CNPJ
Valor Anual Estimado		00.399.857/0028-46
R\$ 218.506,63		
Taxa de Administração lote 10: 1,00%		Valor estimado da Taxa: R\$ 2.185,07

TOTAL GERAL	R\$ 220.691,70
--------------------	-----------------------

1.6 A taxa de administração considerada para a estimativa neste edital foi calculada com base na média de preços praticados nas propostas comerciais de empresas do mercado apresentadas em pregões do Governo Federal, conforme tabela a seguir:

Pregão/Órgão	Empresas	Taxa de Administração (%)
18-2018/Justiça Federal 1ª Instância	WAPcard	1,00
028-2018/Câmara Legislativa do DF	NEO facilidades e benefícios	0,27
10-2018/Funai	ValeCARD	0,38
24-2018/TRF1-AM	TicketLOG	1,50
16-2018/Receita Federal-MFazenda	PRIME	1,65
Taxa Média		0,96
Valor arredondado para		1,00%

2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, S/N, Piranga, Juazeiro-BA.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1 Para o julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO** por lote, observadas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 3.2 A Taxa de Administração deve estar compatível com as praticadas no mercado, sendo desclassificadas, após a etapa de lances de cada lote, as propostas que apresentarem **percentual superior a 1,00 % (um vírgula zero por cento)**.
- 3.3 Taxa de Administração, que não poderá ser superior a 1,00 % (um vírgula zero por cento) expressa na forma extensa e percentual, incidente sobre o montante mensal total de gastos do órgão licitante, juntamente com pagamento dos insumos relacionados ao objeto deste Termo de Referência.
- 3.4 A taxa de administração utilizada será aquela adotada pela vencedora do processo licitatório, que **poderá ter valor zero ou negativo**. A taxa de administração considerada para a estimativa neste Termo de Referência foi calculada com base na média de preços praticados nas propostas comerciais de empresas do mercado apresentadas em pregões do Governo Federal, **data base maio de 2019**.

4 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.
 - 4.1.1 As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.
 - 4.1.2 Poderão participar desta licitação empresa brasileira, empresa estrangeira em funcionamento no País, empresa brasileira representante de empresa estrangeira, empresa estrangeira em funcionamento no País representante de empresa estrangeira e ainda empresa estrangeira que não funcione no País.
 - 4.1.3 As propostas serão aceitas somente para todos os itens que compõe o objeto da licitação. Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.
- 4.2 **CONSÓRCIO**
 - 4.2.1 Não será permitida a participação de consórcio.
- 4.3 **SUBCONTRATAÇÃO**
 - 4.3.1 Não será permitido subcontratar nem transferir a outrem, a qualquer título, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia anuência da CODEVASF;
 - 4.3.2 Não será entendido como subcontratação os serviços prestados por empresas devidamente credenciadas junto à contratada para os fins a que se destina este contrato, permanecendo a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução do contrato. Cabe à contratada a supervisão das atividades de empresas credenciadas, bem como responder perante a Codevasf pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes aos serviços prestados por suas credenciadas.
- 4.4 **PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

4.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa, poderão participar desta licitação conforme legislação vigente.

5 PROPOSTA FINANCEIRA

5.1 As propostas financeiras deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) O Termo da Proposta deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta Financeira, devidamente assinada pelo representante legal da licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. O Termo deverá conter ainda os seguintes dados:
 - Razão social, CNPJ e endereço completo da licitante, com e-mail, site, número de telefone e fax, Banco, agência, número de conta-corrente, praça de pagamento, e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF identidade, endereço e telefones fixo e celular) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos serviços ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;

6 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.1 Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada neste Termo de Referência.

6.1.2 Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações da licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outras licitantes que ofertarem serviços dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma da prestação de serviços, constantes das Descrição dos Serviços Especificados neste Termo e que englobam os equipamentos detalhados no Anexo V deste Termo de Referência.

6.1.3 A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os serviços de forma a permitir a constatação da experiência da licitante na execução de serviços.

6.1.4 Caso a licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, a mesma deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.

7 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

7.1 A Codevasf se propõe a pagar pelos serviços, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ R\$ 220.691,70 (duzentos e vinte mil, seiscentos e noventa e um reais e setenta centavos), conforme abaixo:

SERVIÇO	VALOR ESTIMADO (R\$)
Prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de combustíveis, de óleos lubrificantes, filtros de óleo, serviço de borracharia e dos serviços de lavagens gerais da frota de veículos, grupo geradores, máquinas e equipamentos da Codevasf	218.506,63 (duzentos e dezoito mil, quinhentos e seis reais e sessenta e três centavos)
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE 1,00 %	R\$ 2.185,07
TOTAL	R\$ 220.691,70 (duzentos e vinte mil, seiscentos e noventa e um reais e setenta centavos)

7.2. Os recursos orçamentários da CODEVASF correrão à conta dos Programas de Trabalhos mencionados abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
04.122.2111.2000.0001	089684	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL	30.000,00
20.607.2077.20EY.0020	128419	PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO SOCIAIS - NO NORDESTE	5.000,00
04.122.2111.218S.0001	139878	APOIO AO PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO PAC	10.000,00
15.244.2029.7K66.0001	142246 (Diversos)	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - NACIONAL	10.000,00
18.544.2084.1851.0001	142251 (Diversos)	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HIDRICA - NACIONAL	10.000,00
18.544.2084.1851.0029	142348 (Diversos)	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HIDRICA - NO ESTADO DA BAHIA	10.000,00
15.244.2029.7K66.0029	142349 (Diversos)	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - NO ESTADO DA BAHIA	137.000,00
20.607.2077.20EY.0001	(Diversos)	PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO SOCIAIS - NACIONAL	8.691,70

8 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

8.01 A contratada deverá fornecer, diretamente ou por meio de postos credenciados, combustível para abastecimento da frota de veículos da CODEVASF mediante utilização de cartões com valor disponível autorizado previamente pela Administração da CODEVASF, a que o veículo estiver ligado, e entrega de relatórios gerenciais e comprovantes de abastecimento conforme especificado neste Termo de Referência;

8.02. Os cartões deverão ser entregues na sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF ao fiscal/gestor de contrato, definido no Quadro de Fiscal/Gestor de Contrato/Centro de Custos, em



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

envelope lacrado acompanhados das respectivas senhas de utilização nos termos dos itens **10.17 a 10.18** deste Termo de Referência;

Quadro de Fiscal/Gestor de Contrato/Centro de Custos

Localidades (UG)	Endereço	Telefone de contato	Representante/empregado
6ª SR	Av. Comissão do Vale do São Francisco, S/Nº - Bairro Piranga CEP: 48.900-000, Juazeiro - BA	(074) 3614.6200	

* O representante da UG será definido após processo licitatório.

8.03. Cada cartão, inicialmente, deverá possuir crédito de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) disponíveis para abastecimento, cujo valor deverá ser renovado quando autorizado, considerando que o pagamento será mensal;

8.04. Os dados cadastrais dos veículos para constarem nos cartões e no sistema de gestão serão fornecidos pela contratante;

8.05. O sistema de gestão para controle dos abastecimentos adotado deverá permitir a informação individualizada com identificação dos gastos por veículo, posto de abastecimento, tipo de combustível, histórico da quilometragem, a litragem e média de consumo quilômetro/litro com a possibilidade de emissão de relatórios via internet e/ou e-mail, sendo que a transação de abastecimento deverá ser autorizada mediante senha confidencial com emissão do respectivo comprovante identificando veículo e motorista.

9. CRITÉRIOS BÁSICOS DO SISTEMA

9.01. Sistema de venda exclusiva de combustível para atender a frota de veículos da CODEVASF;

9.02. Sistema operante para realização das transações on-line (em tempo real) nos postos ou autorização para realização de transação manual, esta última como medida excepcional para veículos em viagem, com aceitação das transações pelos postos credenciados via sistema gratuito por meio de Central de Atendimento;

9.03. Manutenção de postos credenciados nos municípios indicados com fornecimento de, pelo menos, os seguintes combustíveis: gasolina, etanol, diesel (S10/comum), lubrificantes, filtros de óleo e ar, serviços de borracharia e de lavagem geral.

9.04. Fornecimento de relatórios de acompanhamento e comprovantes de abastecimento conforme itens 10.9 e 10.12 deste Termo de Referência.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

10.01. A contratada deverá disponibilizar postos de combustíveis credenciados nos municípios conforme quadro abaixo e em outros municípios, mediante demanda, priorizando a área de atuação da contratante, uma vez solicitada, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Localidades por SEDE, Superintendências, Escritórios de Representação e Regionais				
6ª Superintendências				
Juazeiro/Ba	Jacobina/Ba	Paulo Afonso/Ba		

OBS.: A CODEVASF, independentemente das localidades indicadas acima, poderá utilizar-se da rede de credenciados nacionalmente pela contratada, para manter e abastecer suas viaturas em viagem/trânsito.

10.02. A empresa contratada fornecerá cartões que autorizem por meio eletrônico o abastecimento da frota de veículos da CODEVASF, junto aos postos credenciados, no mínimo, nos municípios indicados, com a disponibilização de, **pelo menos**, os seguintes combustíveis: **gasolina, etanol, diesel (S10/comum), lubrificantes, filtros e serviços de lavagem geral**. A CODEVASF, independentemente das localidades indicadas acima, poderá utilizar-se da rede de postos credenciado nacionalmente pela contratada, para abastecer suas viaturas em viagem/trânsito.

10.03. Fornecer cartões, magnéticos ou com chip, em nome da CODEVASF sem custo adicional, bem como fornecer cartões extras, sem custo adicional, caso ocorra acréscimo da quantidade de veículos autorizados;

10.04. A identificação dos veículos deverá ser por meio do cartão individual. Para tanto, deverá ser fornecido inicialmente **1 (um) cartão para cada veículo, grupo gerador, máquina e equipamento**, num total de 520 (quinhentos e vinte);

10.05. Garantir a validade dos cartões de abastecimento e sua aceitabilidade em todos os postos credenciados dos municípios enumerados neste Termo de Referência e os que vierem a ser solicitado pela contratante;

10.06. Substituir os cartões defeituosos, danificados, extraviados, bloqueados/cancelados ou com validade expirada, sem custos para a contratante, sempre que for solicitado no prazo de **10 (dez) dias corridos da solicitação**;

10.07. A contratada deverá disponibilizar sistema para consulta de valores disponíveis nos cartões em tempo real (*on-line*);

10.08. Efetuar a **recarga de valores disponíveis nos cartões**, sempre que solicitada pelo fiscal do contrato, e/ou seu substituto, ou empregado expressamente autorizado pela Administração, **em tempo real (on-line)**, no valor requerido pela contratante, caso seja necessário além do limite já autorizado;

10.09. Os postos credenciados com a contratada deverão fornecer ao condutor do veículo uma via do comprovante da operação para aquisição de combustível, no ato do abastecimento que conste,



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

no mínimo, a data e o horário do abastecimento, o valor do abastecimento, o saldo atual do cartão, a quilometragem, a litragem, a placa do veículo abastecido e a **identificação do condutor**;

10.10. Disponibilizar, postos credenciados nos municípios em que opera a 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, sendo 1 (um) a pelo menos 5 (cinco) km da sede da companhia, em Juazeiro/BA, e nas demais sedes dos Escritórios de Representação e de Apoio.

10.11. Deverão ser disponibilizados no sistema de gestão dos cartões o valor da transação, litragem, quilometragem do veículo e a identificação do condutor após cada abastecimento;

10.12. Sem prejuízo do acesso on-line por parte da contratante, a contratada deverá emitir mensalmente ou sempre que solicitado, em até 24 (vinte e quatro) horas, relatórios gerenciais e operacionais informatizados, por internet ou e-mail, informando: número de quilômetros por litro de combustível para cada veículo; identificação do veículo e *condutor por abastecimento*; tipo de combustível fornecido; hora e data do abastecimento, saldo do cartão e o posto onde foi abastecido;

10.13. Os cartões deverão ser bloqueados/cancelados, uma vez solicitado pela contratada, imediatamente (*on-line*) pela contratante e confirmado a contratada, com renúncia expressa de responsabilização à CODEVASF pelo pagamento de transações efetuadas após o pedido de bloqueio, que serão consideradas não-autorizadas pela contratante;

10.14. Garantir que os preços dos combustíveis cobrados pela rede credenciada, para todas as transações, serão aqueles para pagamento à vista constantes da bomba, na data do abastecimento;

10.15. A empresa contratada deverá providenciar forma de fornecimento por meio de Central de Atendimento Gratuito em nível nacional, no caso de pane na rede elétrica do posto e/ou defeito na máquina/cartão do veículo, preservada, as informações previstas para o cartão magnético, oferecendo à CODEVASF as mesmas informações disponibilizadas no abastecimento eletrônico, de forma a não prejudicar as atividades da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF.

10.16. A contratada deverá confeccionar os cartões dos veículos grafando em cada um a identificação da Contratante, a saber: Placa do veículo, modelo, cor, e tipo de combustível.

10.17. Os cartões dos veículos deverão ser entregues em envelopes lacrados ao fiscal do contrato, ou seu substituto;

10.18. A contratada somente poderá abastecer os veículos previamente cadastrados com apresentação do cartão do veículo, mesmo nas transações previstas no item 10.15, **cuja placa do veículo coincida com a placa indicada no cartão**, devendo ser solicitado aos condutores o documento do carro e documento de identificação do condutor para confirmação das informações, como também, uma senha de identificação.

10.19. A empresa contratada deverá **observar os limites de abastecimento determinados pela Administração para cada cartão**, não permitindo abastecimentos além do limite autorizado, sendo considerado o **descumprimento deste item uma transação não autorizada da qual a CODEVASF exime-se inteiramente da responsabilidade**;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

10.20. A 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, atendendo às necessidades de serviço, poderá solicitar, ou fazer o remanejamento dos valores pré-determinados e não utilizados para outros cartões pelo sistema de gestão de abastecimento;

10.21. **Adotar medidas de segurança que evitem fraudes** no sistema de gestão; nos cartões, especialmente quanto ao acesso de terceiros não autorizados a dados neles gravados e clonagem de cartões; nas senhas registradas no sistema para que não sejam do conhecimento de terceiros por atos de quem esteja a serviço da contratada e demais julgadas relevantes para o sigilo e segurança das transações;

10.22. Ressarcir a CODEVASF das importâncias decorrentes de fraudes ou quaisquer prejuízos causados à companhia decorrentes de falhas do sistema, de ilícitos praticados por quem esteja a serviço da contratada ou dos postos conveniados com relação ao objeto deste Pregão;

10.23. Orientar os postos credenciados quanto aos critérios acordados no contrato, condições de utilização dos cartões e normas de sigilo e segurança;

10.24. Fornecer lista dos postos credenciados com nome, endereço e telefone. A relação fornecida deverá ser utilizada pelo pregoeiro para confirmar/validar a informação da rede credenciada informada pela licitante.

10.25. Para as localidades/municípios sem informações no site da ANP, iremos adotar os preços médios utilizados nas demais localidades/municípios da Superintendência respectiva.

10.26. Promover treinamento dos empregados indicados pela CODEVASF para a utilização do sistema, sem qualquer ônus para a contratante.

10.27. Disponibilizar, sem ônus ao CONTRATANTE as atualizações das funcionalidades do software;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.01. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato a ser assinado e do Edital do Pregão;

11.02. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato e do Edital, do objeto contratado, podendo rejeitar no todo ou em parte os serviços executados e materiais fornecidos em desacordo;

11.03. Notificar por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no curso de execução dos serviços ou fornecimento dos combustíveis, fixando prazo para sua correção, se assim não fixar o Edital, incluindo seus anexos e Contrato;

11.04. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à realização do objeto deste certame;

11.05. Fornecer à contratada todos os dados cadastrais dos veículos;

11.06. Exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

11.07. Comunicar à contratada qualquer acréscimo, substituição ou retirada de veículos da frota do CODEVASF.

12 PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO

12.1 Todo o sistema deverá ser implantado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, incluindo o credenciamento da rede de oficinas e centros automotivos.

13. DO PAGAMENTO E PRAZO DE EXECUÇÃO

13.01. O prazo de vigência dos contratos serão de 12 (doze) meses, contados da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dias de expediente, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei 13.303/2017.

13.02. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante das Notas Fiscais/Faturas correspondentes a cada Centro de Custo/Contrato. Os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas ficam condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento definidos neste termo de referência, devendo ser formalmente atestada pelo Gestor/Fiscal do respectivo Centro de Custo.

13.03 Para habilitar-se ao pagamento a Contratada deverá protocolar nas respectivas localidades definidas em cada contrato a Nota Fiscal/Fatura, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao mês de referência, especificando o serviço prestado de abastecimento e lubrificação e seu correspondente valor em moeda corrente nacional.

13.04 Na elaboração da Nota Fiscal/Fatura correspondente, a Contratada fará constar o quantitativo total de litros consumidos, o somatório total dos valores correspondentes aos abastecimentos realizados, que podem ser apresentados por meio de relatórios em anexo, e sobre este valor deverá incidir a taxa percentual do licitante vencedor do certame licitatório para cada lote.

14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1 Como trata-se de taxa de administração por transação, e que poderá ser igual a 0 (zero) ou negativa, não há que se falar em pagamento ou reajuste de preços ou Taxa.

15. FISCALIZAÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento dos contratos, devendo ser exercido pelos gestores dos contratos, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato.

15.2 A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Anexo III**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.4. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.5. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.6. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 15.7. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.9. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada de que trata o item 10.12.
- 15.10. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.12. Após conclusão do processo licitatório será encaminhado toda a documentação às respectivas Unidades Gestoras para elaboração do seu respectivo contrato. Os contratos serão acompanhados pelos gestor/fiscais a serem designados em cada uma das Unidades.
- 15.13. A execução/gestão dos serviços será acompanhada por empregado indicado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, aqui denominado FISCAL DO CONTRATO, por meio de Decisão específica, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização, gerenciamento do contrato e a certificação/atesto da nota fiscal/fatura correspondente aos serviços prestados, combustíveis, lubrificantes fornecidos, serviços de borracharia e lavagem geral;
- 15.14. O relatório mensal de que trata o item 10.12 deverá acompanhar as Notas Fiscais/Faturas de cobrança pelos serviços prestados e combustíveis fornecidos para conferência pelo fiscal do contrato, que poderá ser disponibilizado eletronicamente pelo sistema (via internet);
- 15.15.; As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas à contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, ao prazo de vencimento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

16 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1 A referida contratação tem, dentre objetivos, o processo de manutenção preventiva e corretiva, que, além de cumprir determinações legais, quanto ao tráfego de veículos em boas condições de uso e com os itens obrigatórios em perfeito estado, reduzir a emissão de gases poluentes e a economia de combustíveis, principalmente fosséis.

16.2 A fim de garantir a responsabilidade ambiental na execução dos serviços, contratada deverá manter empresas credenciadas que adotem regras ambientalmente corretas, bem como possuam inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso realizem atividades contidas na tabela CTF/APP, mantido pelo IBAMA.

16.3 A contratante terá o direito de, em qualquer tempo, fiscalizar a regularidade ambiental das empresas credenciadas pela contratante. Constatada alguma irregularidade, a contratada será notificada, para que em prazo determinado providencie as correções necessárias.

17 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Ficará impedido de licitar e contratar com a União, por até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das cominações legais, o licitante que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de seu objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato; ou
- h) Não cumprir quaisquer das obrigações da contratada.

17.2 Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

17.3 Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo II – Dos Contratos, Seção III da Lei nº 13.303/2016.

17.4 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

17.5 Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado a partir da data de intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade.

17.6 A multa será aplicável sobre o valor total da contratação, cumulativamente ou não com outras sanções, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

18. DA VIGÊNCIA



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

18.1 A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da administração, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, consoante no Inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/1993.

19 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1 Será exigida da contratada a prestação de garantia para o cumprimento da sua execução, no montante de 5% (cinco por cento) do valor correspondente a 12(doze) meses do Contrato, nos termos do artigo 70, da Lei nº 13.303/2016.

20 CONDIÇÕES GERAIS

20.1 Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender a CODEVASF, fora dela, contra reclamações relacionadas com o assunto;

20.2 Será permitido ao contratante solicitar a adaptação dos sistemas licitados às peculiaridades da CODEVASF, bem como de relatórios gerenciais adicionais necessários a melhor gestão da frota, sem custos adicionais aos valores contratados.

20.3 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

21. ANEXOS

21.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I – Justificativa
- Anexo II – Modelo de Proposta Comercial (em Branco)
- Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Juazeiro-BA, 22 de maio de 2019.

Fábio Alves Torres
Chefe da 6ª/GRA/USA
CODEVASF



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

ANEXO I

JUSTIFICATIVA

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço a ser contratado, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

Primando-se pela otimização da qualidade no trato com o bem público, com estreita observância de critérios e mecanismos geradores de maior eficiência, celeridade e economicidade, é possível almejar o alcance das seguintes vantagens:

- a) Controle, precisão das informações, e redução do tempo de compilação e análise de dados;
- b) Reduzir os custos e aprimorar a qualidade dos serviços que envolvem a manutenção e funcionalidade da frota de veículos e demais máquinas e equipamentos;
- c) Alcançar condições ideais para desenvolver uma regular manutenção preventiva e corretiva dos veículos, através de um controle mais eficiente desses serviços;
- c) Agilidade e dinamismo na prestação dos serviços de transporte;
- d) Por se tratar de serviços que sua interrupção ou descontinuidade afeta diretamente a atividade fim da Codevasf, pois estes atendem à demanda diária de transporte de Engenheiros e Técnicos dos diversos setores da companhia no que tange as visitas técnicas e de fiscalização, e estarem à disposição dos dirigentes e demais empregados, visando o atendimento às necessidades da Instituição, sendo administrado pela área de Serviços Auxiliares da companhia em sua Unidade Gestora.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO

A adoção do Pregão Eletrônico visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Permite Participação de Consórcios: Não: A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, o que consequentemente não é pertinente a formação de consórcios.

Critério de Julgamento: Menor preço por lote, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Sustentabilidade Ambiental: A referida contratação tem, dentre objetivos, o processo de fornecimento e gerenciamento de combustível, lubrificantes, filtros, serviços de borracharia e lavagem geral, que, além de cumprir determinações legais, quanto ao tráfego de veículos em boas condições de uso e com os itens obrigatórios em perfeito estado, busca com isso reduzir a emissão de gases poluentes e a economia de combustíveis, principalmente fosséis.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

ANEXO II

MODELO PROPOSTA COMERCIAL (em branco)

a) A licitante, antes de apresentar sua proposta, DEVERÁ ler atentamente todas as condições do edital (objeto, obrigações, responsabilidades, etc.), não podendo alegar, depois do certame concluído ou durante a execução do serviço, desconhecimento ou mesmo alegar que cotou erroneamente.

b) TODOS OS VALORES E PERCENTUAIS CONSTANTES DESTA PROPOSTA DEVERÃO CONTER SOMENTE 02 (DUAS) CASAS DECIMAIS.

Valor da Proposta do lote “x”:

$$Px = VS + (VS \times i)$$

Onde:

Px = Valor total da Proposta do lote x;
 VS = Valor Estimado dos Serviços (Que é invariável);
 i = Taxa de Administração (Percentual)
 X = deverá ter o número do lote (de 1 a 10)

Valor da Taxa (Percentual) :

$$i = ML/VS - 1 \times 100$$

Onde:

i = Taxa de Administração (Percentual);
 ML = Melhor Lance ou Lance Vencedor do lote;
 VS = Valor Estimado dos Serviços do lote(Que é invariável);

VALOR TOTAL DA PROPOSTA do lote (Px): R\$ (.....)

Exemplo:

Valor da Proposta do lote:

$$\begin{aligned} Px &= 100.000,00 + (100.000,00 \times 0,008) \\ Px &= 100.000,00 + 800,00 \\ Px &= 100.800,00 \end{aligned}$$

Sendo:

Px = Valor total da Proposta do lote;
 VS = Valor Estimado dos Serviços (Que é invariável);
 i = Taxa de Administração (Percentual)

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (Px): R\$ 100.800,00 (Cem mil e oitocentos reais)

Valor da Taxa do lote (Percentual) :

$$\begin{aligned} I &= 100.800,00/100.000,00 - 1 \times 100 \\ I &= 0,80 \end{aligned}$$



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR
 (ANEXO V-B DA IN SEGES/MP N.º 05/2017)

INDICADOR	
N.º + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de medição	
Forma de acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Início de vigência	
Faixas de ajustes nos pagamentos	
Sanções	
Observações	

Exemplo de Indicador a ser aplicado:

INDICADOR	
Número 01: Prazo de atendimento de demandas (requisições)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão
Meta a cumprir	Vinte e quatro horas
Instrumento de medição	Sistema WEB informatizado de solicitação de serviços (requisição eletrônica)
Forma de acompanhamento	Através do sistema
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Cada requisição será verificada e valorada individualmente. n.º de horas no atendimento / 24 h = X
Início de vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajustes nos pagamentos	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5- 90% do valor da OS De 1,5 a 2- 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2- multa de XX 30% das OS acima de 2- multa de XX + rescisão



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA